

# Imprensa, Discurso Ideológico e Golpe de Estado: uma Análise Crítica do Discurso

Cynthia Adrielle da Silva Santos e Alessandra de Sá Mello da Costa

## RESUMO

Inserido no contexto mais amplo dos estudos organizacionais históricos (Maclean, Harvey, & Clegg, 2016), o presente trabalho teve como objetivo analisar o Caderno Especial “64 – Brasil Continua” do Jornal Folha de São Paulo (FSP) à luz da análise crítica do discurso. Buscou-se compreender qual foi o posicionamento e as principais construções discursivas que o Jornal assumiu no momento do golpe civil-militar de 1964. Para tanto, construiu-se o referencial teórico sobre a participação e a colaboração da Imprensa no Golpe e na Ditadura Civil-Militar (Abreu, 2005; Capelato, 2014; Dias, 2013; Kieling, 2016; Motta, 2013; Smith, 2000). Assim, foi utilizado o quadro tridimensional de Fairclough (2016) como aporte teórico-metodológico e o arcabouço de Thompson (2011) para análise de construções ideológicas. Como principais resultados, foram identificados indícios de alinhamento do posicionamento do Jornal FSP com o golpe civil-militar de 1964 por meio de suas formações ideológicas mobilizadas pelas formas simbólicas do discurso.

Palavras-chave: imprensa; ditadura civil-militar; estudos organizacionais históricos; Jornal Folha de São Paulo; análise crítica do discurso.

Recebido em: 18/05/2018

Revisado em: 27/06/2018

Aprovado em: 22/08/2018



*Press, Ideological Discourse and Coup d'Etat: a Critical Discourse Analysis*

## ABSTRACT


Inserted in the broader context of the historical organizational studies (Maclean, Harvey, & Clegg, 2016), the present work had as objective to analyze the Special Notebook “64 – Brazil Continues” from the Folha de São Paulo (FSP) Journal in the light of the critical analysis of the discourse. It was sought to understand the position and main discursive constructions that the Journal assumed at the moment of the civil-military coup of 1964. For this purpose, the theoretical framework was constructed based on the discussion about participation and collaboration of the Press in the coup and in the civil-military dictatorship (Abreu, 2005, Capelato, 2014, Dias, 2013, Kieling, 2016, Motta, 2013 and Smith, 2000). Thereby, the three-dimensional framework of Fairclough (2016) was used as a theoretical-methodological contribution and, Thompson's framework (2011) for the analysis of ideological constructs. As main results, signs of alignment were identified in the FSP Journal's position with the civil-military coup of 1964 through its ideological formations mobilized by the symbolic forms of discourse.

*Keywords: press; civil-military dictatorship; historical organizational studies; Jornal Folha de São Paulo; critical discourse analysis.*

Cynthia Adrielle da Silva Santos ,

Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.  
Titulação: Doutoranda em Administração de Empresas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.

[cynthia.assantos@gmail.com](mailto:cynthia.assantos@gmail.com)

Alessandra de Sá Mello da Costa ,

Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.  
Doutora em Administração, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Brasil.

[alessandra.costa@iag.puc-rio.br](mailto:alessandra.costa@iag.puc-rio.br)

## Introdução

Apesar de não ser um movimento recente, a partir dos anos 2000 pesquisadores organizacionais passaram, de forma mais sistemática, a promover estudos que enfatizam e enunciam as diversas potencialidades da perspectiva histórica em administração. Este movimento de retomada da história nos estudos organizacionais – denominado virada histórica (Booth & Rowlinson, 2006; Clark & Rowlinson, 2004) – buscou problematizar, de forma mais ampla, a localização acrítica da pesquisa organizacional no contexto histórico. Desafiando a premissa de leis e estruturas perenes que subsidiam entendimentos historicamente lineares acerca das organizações e são pautadas pelas ideias positivistas de ordem e de progresso (Rowlinson, Hassard, & Decker, 2014; Godfrey, Hassard, O'Connor, Rowlinson, & Ruef, 2016) a virada histórica traz consigo uma reflexão mais crítica e um novo olhar sobre os métodos históricos em Administração para estudar as organizações e suas relações com o Estado e grupos sociais cujos fenômenos passam a ser compreendidos como historicamente construídos (Costa, Barros, & Martins, 2010).

Desse modo, os estudos organizacionais históricos (Historical Organizational Studies – HOS) retratam as organizações dentro de seu contexto sócio-histórico a fim de elaborar narrativas teóricas historicamente informadas e atentas para mudanças nas interpretações de significado ao longo do tempo (Maclean, Harvey, & Clegg, 2016), considerando o seu contexto ideológico, tornando o seu foco mais abrangente e “englobando não somente estudos sobre o passado/futuro das organizações, mas estudos acerca do sentido do passado/futuro para as organizações” (Costa, Barros, & Martins, 2010, p. 295). Assim, pensar as organizações no tempo e no espaço é pensar tanto as relações historicamente estabelecidas entre estas e os diversos agentes sociais, quanto as formas de narrar estas relações, que formalizam socialmente um passado. No Brasil, a área de estudos organizacionais vem cada vez mais aproximando-se da agenda de propostas da virada histórica. Para além das chamadas para eventos, oficinas e números temáticos, uma parte das pesquisas, por exemplo, busca identificar e problematizar como a memória e a história oficial das empresas são construídas e disputadas por diferentes agentes sociais (Costa & Saraiva, 2011; Costa & Silva, 2017; 2018). Outras pesquisas buscam entender a atuação e a importância de organizações no contexto das definições das práticas de gestão e do management no Brasil, como foi o caso do ISEB e da CEPAL (Wanderley, 2015; 2016) e do IDORT (Vizeu, 2010; 2018). Ainda dentro desta trilha, vários pesquisadores buscam uma melhor compreensão acerca das organizações nos dias de hoje a partir da análise do seu processo histórico no contexto da história da formação do ensino de administração no Brasil (Alcadiyani & Bertero, 2012; 2014; Barros & Carrieri, 2013; Barros, 2017). Por fim, alguns pesquisadores nacionais começam, inclusive, a problematizar a própria virada histórica por meio da perspectiva decolonial (Wanderley & Barros, 2018).

No caso mais específico da presente pesquisa, procura-se entender e problematizar as relações históricas entre empresas e governo a partir do confronto com ideias hegemônicas que destacam a neutralidade, a

objetividade e a imparcialidade inerentes à estas relações. Desta forma, assume-se que o golpe civil-militar e o regime ditatorial que se instalou no Brasil após 1964 foram desdobramentos destas relações e, mais particularmente, marcados por mudanças políticas em grande parte corroboradas pela atuação da grande imprensa (Abreu, 2005; Dias, 2012, 2013; Kieling, 2016; Motta, 2013; Smith, 2000).

De acordo com Capelato (2014, p.303), considera-se grande imprensa os periódicos tradicionais de longa duração “que se constituíram, desde o início, como empresas jornalísticas geradoras de lucros, com ampla tiragem e significativa atuação política no plano nacional”. No que diz respeito ao período da ditadura civil-militar brasileira, os principais jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro eram respectivamente: Estado de São Paulo e Folha de São Paulo; e Correio da Manhã, Jornal do Brasil e O Globo. Ainda segundo esta autora, “esses jornais, além de veículos de informação, tiveram, e alguns continuam tendo, papel relevante como formadores de opinião, além de se caracterizarem como instrumentos de manipulação de interesses e intervenção na vida política” (Capelato, 2014, p.303).

Nesse sentido, torna-se fundamental levantar a discussão sobre a relação cada vez mais imbricada entre o discurso da imprensa e o campo político que a perpassa. Conforme aponta Capelato (2014), é necessário levar em conta que os jornais da grande imprensa se caracterizam, ao mesmo tempo, como instituições de natureza pública e de natureza privada, mesclando interesses políticos e empresariais. Desse modo, de acordo com seus interesses mercadológicos, os jornais podem assumir diferentes posicionamentos, influenciando e dirigindo o cotidiano das pessoas, tendo um papel fundamental no processo de construção social. De acordo com Abreu (2005), esta foi considerada, inclusive, como um dos agentes condutores da divulgação do fantasma do comunismo, discurso que foi empregado de forma recorrente como uma das justificativas para a deposição do governo democrático de João Goulart.

Outro ponto relevante de se destacar diz respeito às práticas discursivas adotadas pela imprensa, a fim de compreender as estratégias linguísticas utilizadas para posicionar uma interação, conforme apontam Spink e Medrado (2013). Isso porque, os discursos “adquirem significados de muitas formas (...) A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir” (Luca, 2006, p.140). Dessa forma, conforme aponta a autora, a imprensa escolhe, dispõe, ordena e relata, de um determinado modo, o que elegeu como apropriado de se chegar ao público.

Nesse contexto, o argumento principal desta pesquisa é o de que o golpe civil-militar de 1964 foi corroborado pela atuação da grande imprensa, tornando-se fundamental entender a relação cada vez mais interligada entre o discurso da imprensa e o contexto político em que essa se insere. Desse modo, o presente trabalho teve por objetivo analisar o posicionamento ideológico do Jornal Folha de São Paulo no momento do golpe civil-militar de 1964, à luz da Análise Crítica do Discurso. Como desdobramento, a pergunta que norteou a pesquisa foi: qual o posicionamento ideológico e as principais construções discursivas presentes no Caderno Especial “64 – Brasil Continua” do Jornal Folha de São Paulo?

Considera-se que a busca pela resposta à essa pergunta possa contribuir especialmente em três aspectos. Primeiro, a identificação, organização e análise do caderno especial como fonte de pesquisa contribui para a ampliação do conhecimento acerca do golpe civil-militar de 1964 e sobre o posicionamento da grande imprensa em momentos de mudanças políticas, servindo como subsídio para futuros trabalhos de pesquisadores da área de estudos organizacionais que se interessem pela temática. Segundo, também como desdobramento do primeiro, a utilização desse tipo de fonte em particular também contribui para a ampliação do uso de fontes históricas de periódicos na área de estudos organizacionais. Desta forma, busca-se pesquisar não a história da grande imprensa, mas a história por meio de uma versão possível da grande imprensa. Por fim, a problematização acerca do posicionamento ideológico de uma organização e/ou empresa permite que se desvele a fictícia relação de neutralidade entre estas e o contexto político que as perpassa. Assumindo que o caderno especial é uma forma de editorial e, portanto, expressa o posicionamento do jornal, a pesquisa pode identificar indícios e vestígios acerca do seu posicionamento político nesse momento histórico.

## Imprensa, Governo e Ditadura Civil-Militar

São várias as historiografias que buscam compreender o Golpe de 1964 e a posterior instalação de um governo civil-militar autoritário, cada uma apontando para diferentes perspectivas sobre este acontecimento político e histórico no Brasil antes, durante e depois do afastamento do presidente João Goulart (Napolitano, 2011). No presente trabalho, como dito anteriormente, foi utilizada a historiografia que aponta para a forte participação e colaboração das empresas na ditadura civil-militar no momento do Golpe de 1964, sobretudo com enfoque na grande imprensa brasileira. Os debates acerca da relação entre ditadura, imprensa e grande imprensa vêm crescendo cada vez mais. Em grande parte, esse crescimento pode ser entendido como um desdobramento do processo de abertura de arquivos da repressão – por exemplo os arquivos dos Departamentos de Ordem e Política Social (DOPS) estaduais e do Serviço Nacional de Informações (SNI) – considerados até então como sigilosos, o que leva Estevez e Bandeira (2014) a argumentarem que o momento atual é bastante favorável para pesquisas acadêmicas acerca do período da ditadura civil-militar brasileira.

Ainda de acordo com estas autoras, o tema Imprensa é um dos mais recorrentes quando o recorte é a produção acadêmica sobre a ditadura civil-militar brasileira. Como exemplo, tem-se o fato de que, entre 1982 a 2013, foram defendidas 41 teses e dissertações (Estevez & Bandeira, 2014). Apesar desse aumento no interesse a respeito do tema, cabe destacar que apesar da importância e da influência da grande imprensa na sociedade (como ator social), “nas pesquisas historiográficas sobre o período do regime militar, os jornais têm sido utilizados apenas como fonte e raros são os trabalhos acadêmicos que os tomam como objeto específico de estudo” (Capelato, 2014, p.303).

## A Grande Imprensa e o Golpe de 64

Para entender toda essa conjuntura, precisa-se dar um passo atrás e visualizar o cenário que antecedeu ao golpe. Reforma agrária, reforma urbana, reforma bancária, reforma eleitoral e reforma do estatuto do capital estrangeiro, além da reforma universitária. O contexto político do Governo de João Goulart (1961-1964) era bastante particular:

“A reforma agrária avançava sobre o latifúndio, e impactava a produção e a renda do campo; a reforma urbana interferia no crescimento desordenado das cidades, planejava o acesso à periferia e combatia a especulação imobiliária; a reforma bancária previa uma nova estrutura financeira sob o controle do Estado; a reforma eleitoral poderia alterar o equilíbrio político, com a concessão do direito de voto aos analfabetos – cerca de 60% da população adulta – e aos soldados, e com a legalização do Partido Comunista; a reforma do estatuto do capital estrangeiro regulava a remessa de lucros para o exterior e estatizava o setor industrial estratégico; a reforma universitária acabava com a cátedra, e reorientava o eixo de ensino e da pesquisa para o atendimento das necessidades nacionais” (Schwarcz & Starling, 2015, p.439).

Ao mesmo tempo, o contexto econômico era de inflação alta, salários desvalorizados e aumento de custo de vida. No que diz respeito mais especificamente à imprensa, como destaca Abreu (2005), ocorria ainda a crise (iniciada no governo de Jânio Quadros) no setor resultado do aumento dos custos do papel, exatamente em um momento onde várias modificações foram sendo introduzidas no processo de produção da imprensa. Como argumenta Dias (2012), estas modificações (inovações gráficas, de diagramação e de paginação, entre outras) implicavam em modernizações técnicas e de redação que requeriam um significativo aporte financeiro. No caso da Folha de São Paulo, por exemplo, os proprietários do jornal nos anos 1960 e 1970 investiram “na reorganização do empreendimento e no saneamento das dívidas através da modernização tecnológica, da renovação do sistema de distribuição de seus produtos e do estabelecimento de uma estratégia de crescimento voltada à aquisição de gráficas e publicações” (Pires, 2008, p.306).

Assim, após o Golpe de 1964, pode-se afirmar que a ditadura civil-militar brasileira caminhou em paralelo ao processo de modernização da grande imprensa no país (Abreu, 2005; Dias, 2012), assumindo o governo civil-militar um papel de importante aliado neste processo, tanto como financiador de linhas de crédito quanto como na forma de principal anunciante. Contudo, não era uma relação de mão única. Pelo contrário:

“a ideia de uma “modernização” da imprensa era de extrema importância enquanto estratégia político-ideológica dos militares para garantir uma conjuntura de segurança nacional. (...) Nos idos do golpe de 1964, a imprensa atuava com forte empenho na propagação dos preceitos “nacionais” e “democráticos”, pelo estabelecimento da “ordem” e da “legalidade”. Foi peça-chave no combate contra o dito “fantasma do comunismo”, uma das principais justificativas para a intervenção militar naquele momento. O grande empresariado via com ceticismo o projeto de reforma do governo João Goulart e por isso foi praticamente unânime em apoiar o levante dos generais” (Dias, 2012, p.45).

Desse modo, de acordo com Abreu (2005, p.13), “em um primeiro momento, os proprietários e os jornalistas defenderam os preceitos formais do regime democrático, deram espaço para os discursos favoráveis à

preservação do regime, e os próprios jornais formularam argumentos em favor da obediência à constituição”. Entretanto, ao passo que se intensificou a mobilização ideológica, no momento em que o governo se aproximou dos grupos radicais de esquerda e foi perdendo o apoio dos grupos de centro, sobretudo, quando a crise político-econômica se acentuou, os jornais foram modificando seu discurso, elaborando e acompanhando a direção dos grupos favoráveis à deposição de Goulart (Abreu, 2005).

Dias (2012, p.45) corrobora ainda que diante de:

“um clima cada vez mais incerto e instável, os jornais foram mudando seus discursos (...) Com a radicalização chegando inclusive à hierarquia militar na chamada “Revolta dos Marinheiros”, em finais de março de 1964, os jornais assumem oficialmente seus discursos anti-radicalização e pedem a saída do então representante da nação”.

No entanto, a relação entre imprensa e governo civil-militar também vai sendo modificada no decorrer do tempo, mostrando o quão complexo e ambíguo configura-se o seu caráter:

“ao mesmo tempo em que os governos militares financiaram a modernização dos meios de comunicação no país, eles acabaram por controlar e censurar suas matérias, interferindo assim no conteúdo das informações e naquilo que deveria ou não ser esquecido e/ou lembrado” (Dias, 2012, p.48).

Nesse sentido, para Diniz (1994), o empresariado atuou como participante ativo dos acontecimentos, sendo sujeito de suas opções e ações como ator político capaz de fazer escolhas e de intervir na ação governamental. Segundo a autora, o empresariado teve uma influente participação nos acontecimentos que levaram à queda de Goulart, em 1964. Nesse sentido, Dias (2011) aponta que a ação de dois órgãos se tornou sinônimo de conspiração nesse período, sendo o eles o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação democrática (IBAD).

Segundo Dreifuss (1981, p. 230), “o que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD”. De acordo com Dias (2011), esses institutos perpassavam por vários setores e agentes reacionários de direita como políticos, militares, representantes de multinacionais e empresários, que eram contra a permanência de João Goulart no poder. Assim, o discurso dos jornais e desses dois órgãos estava em conformidade (Dias, 2011). Além disso, segundo o historiador, o complexo IPES/IBAD através de suas ligações com os empresários da imprensa, conseguia influenciar na linha política dos jornais. De acordo com Dreifuss (1981, p.233) “O IPES conseguiu estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública, através de seu relacionamento especial com os mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais, como: a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo, o Globo”, entre outros.

Soares e D’Araújo (1994, p.06) apontam ainda que o regime contou com “uma forte e consistente base civil”, uma vez que setores empresariais apoiaram o setor militar compartilhando de uma forte convicção de que “tal aliança era imprescindível para livrar o país da ameaça comunista”. Além disso, um dos fatores que podem explicar essa atuação estava no:

“sentimento de ameaça que a mobilização popular crescente despertou no setor, como, aliás, nos demais segmentos das elites dominantes. Ao lado dos militares, os empresários integraram-se à coalizão conservadora que conduziu o movimento pela destituição do presidente constitucional” (Diniz, 1994, p.203).

Nessa perspectiva, como outros setores liberais e conservadores da sociedade, a grande imprensa preferiu os riscos da intervenção civil-militar às ameaças de um processo de esquerdização no Estado (Motta, 2013). De acordo com o autor, a adoção do termo “revolução”, revela o modo como a imprensa encarou o novo regime e a forma positiva em que utilizava esse termo para obter legitimidade. Não o bastante, seus representantes atuaram como opositores ou defensores dos governos e se destacaram como articuladores dos principais movimentos que mudaram a história do país ao longo do século XX (Smith, 2000; Capelato, 2014). Nesse sentido, a imprensa se torna agente da história que ela ajuda a construir.

Smith (2000) corrobora ao dizer que a imprensa e o Estado têm-se entrelaçado fortemente ao longo da história, se influenciando mutuamente, embora nunca tenham tido poderes comparáveis. De acordo com a autora, a imprensa é uma entidade multifacetada, pois é um ator econômico e sociopolítico, havendo uma tensão decorrente dessas identidades duplas que não são necessariamente complementares. Além disso, “as principais publicações jornalísticas no Brasil, em sua maioria, são de propriedade privada e têm fins lucrativos. Vinculam-se diretamente com outros meios de comunicação e outros setores empresariais” (Smith, 2000, p.20). Assim, como empresa de negócios, a imprensa interage com o Estado em múltiplas frentes, visto que estão interligadas.

Desse modo, é possível verificar que de muitas formas a imprensa conseguiu influenciar e pressionar governos de acordo com seus interesses. A imprensa foi fundamental na desmoralização do presidente Goulart no período em que antecedeu o golpe de 1964 (Smith, 2000). Como um ator político, de acordo com a autora, a imprensa pode se dispor de alianças com a oposição ou com grupos subordinados ao Estado. Dessa forma, a imprensa agiu como uma incentivadora do golpe de 1964. Isso porque, de acordo com Smith (2000) parte de suas publicações contribuíram para a rejeição pública de Goulart, de forma geral, pois a grande imprensa se opunha às mobilizações de massa de Goulart e suas pretendidas reformas de base como a reforma agrária e a sindicalização de militares.

Para Abreu (2005), a sequência de greves, as fortes críticas à política econômica do governo, juntamente com a mobilização dos grupos de esquerda e de direita e a revolta dos sargentos, permitiu a manifestação de um clima de grande instabilidade política e econômica do país. Goulart, por sua vez, segundo a autora, decidiu apoiar a esquerda e promover comícios nas principais cidades do país, a fim de mobilizar a população a favor das reformas de base. Nesse momento,

“a relação entre o comício e o comunismo foi estabelecida pelos jornais, pelos políticos, pela Igreja e pelos empresários. Os jornais, intensificam as notícias, as declarações de políticos, de personalidades públicas, de militares sobre o tema da “comunização” do país. Os jornais que até então defendiam a manutenção do regime constitucional passaram a pedir intervenção das Forças Armadas” (Abreu, 2005, p.18).

Dessa forma, é possível identificar que a atuação da imprensa como apoiadora do golpe de 1964 está identificada por grande parte da historiografia sobre a história da imprensa brasileira. No entanto, cabe-se destacar que este apoio não ocorreu sempre de forma homogênea, simultânea e convergente entre os diferentes jornais do período. A própria relação entre imprensa e governo civil-militar, por exemplo, vai sendo modificada no decorrer do tempo, mostrando o quão complexo e ambíguo configura-se o seu caráter, como nos mostra Dias (2014, p.48) quando afirma que “ao mesmo tempo em que os governos militares financiaram a modernização dos meios de comunicação no país, eles acabaram por controlar e censurar suas matérias, interferindo assim no conteúdo das informações e naquilo que deveria ou não ser esquecido e/ou lembrado”.

Assim, o alinhamento proveniente de aproximações e afastamentos entre jornais, jornalistas e governo foi multifacetado. E isto tanto no período em questão quanto nos dias de hoje, em que se pode perceber um esforço por parte de alguns jornais e jornalistas, através de suas perspectivas e ações memorialísticas, ao apresentarem uma narrativa um tanto diversa, a fim de minimizar esse apoio (Kieling, 2016). De qualquer forma, a atuação da imprensa está entre os elementos que foram fundamentais para a desestabilização civil e contribuiu para a efetivação e legitimação do golpe de 1964. Isso se dá uma vez que o discurso produzido pelos jornais não somente reflete, mas também interfere de forma significativa na construção social da realidade. Fica assim expressa, apesar de não explicada, no discurso da imprensa, a incompatibilidade entre a defesa de valores democráticos e o apoio a uma solução claramente autoritária (Kieling, 2016).

## Discurso e ideologia

Segundo Brandão (2004), na análise do discurso, um quadro teórico que combine o linguístico ao sócio histórico precisa ter como centrais os conceitos de ideologia e discurso. Isso ocorre porque, de acordo com Blommaert e Bulcaen (2000), o discurso é visto como um meio através do qual e no qual as ideologias são reproduzidas. Como desdobramento, pode-se, por meio da investigação das relações entre discurso e prática social, desnaturalizar e desarticular crenças que atuam como suporte a estruturas de dominação (Resende & Ramalho, 2004).

No que tange ao conceito de discurso, Fairclough (2016) considera o uso da linguagem como forma de prática social. Isso porque, conforme corroboram Resende e Ramalho (2004), este se apresenta em duas vertentes, sendo socialmente constitutivo e constituído socialmente. Ou seja, por meio do discurso, se constituem as estruturas sociais; e o discurso varia de acordo com os domínios sociais em que são gerados. Assim, o discurso contribui para construção de identidades sociais, relações sociais entre as pessoas e na construção de sistemas de conhecimento e crença (Fairclough, 2016).

De forma a compreender esse duplo movimento, Fairclough (2016) propõe um quadro tridimensional para se analisar o discurso: como texto, como prática discursiva e como prática social. No que se refere à primeira dimensão, o autor afirma que os textos são geralmente ambivalentes e



abertos a diferentes interpretações. Além disso, existem quatro itens nos quais a análise textual pode ser organizada, são eles: a) vocabulário, que trata das palavras individuais; b) gramática, referente às palavras combinadas em orações; c) coesão, que diz respeito a ligação entre orações e; d) estrutura textual, que trata da organização dos textos.

A segunda dimensão do discurso, a prática discursiva, é constitutiva tanto de forma convencional (contribuindo para reproduzir a sociedade) quanto de forma criativa (contribuindo para transformar a sociedade). Essa dimensão envolve processos de produção, distribuição e consumo textuais que variam entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais, uma vez que os textos são produzidos, distribuídos e consumidos em diferentes contextos sociais. O autor exemplifica mostrando que alguns textos conduzem a guerras, enquanto outros à destruição de armas nucleares, podendo também modificar as atitudes, crenças ou as práticas das pessoas. Para Spink e Medrado (2013, p.5) o conceito de prática discursiva “remete, aos momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentido, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade”. Assim, é possível definir, conforme abordam os autores, as práticas discursiva como linguagem em ação, formas pelas quais as pessoas produzem sentido e posicionam em suas relações sociais no cotidiano.

Em relação à terceira dimensão – prática social – Fairclough (2016) corrobora que esta tem vertentes econômicas, políticas, ideológicas e culturais, nas quais o discurso pode estar intrínseco em todas elas. Em relação ao discurso como prática ideológica, o autor aponta que este “constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (Fairclough, 2016, p.98). Além disso, a prática social é uma dimensão do evento discursivo, assim como o texto. Desse modo, essas duas dimensões são mediadas pela prática discursiva que é uma forma particular da prática social.

Nessa perspectiva, o discurso pode ser entendido como a materialidade específica da ideologia, do mesmo modo que a língua pode ser vista como materialidade específica do discurso (Orlandi & Lagazzi-Rodrigues, 2006). Além disso, Blommaert e Bulcaen (2000) apontam o discurso também como um objeto de poder opaco em sociedades modernas. Por esse motivo, para análise do discurso, a linguagem não é transparente, e interpretar não significa atribuir sentido, mas expor-se à opacidade do texto, explicando como um objeto simbólico produz sentidos, tornando-o mais visível e transparente.

Brandão (2004) defende que toda ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos. Isso porque a ideologia se materializa nos atos concretos, assumindo com essa objetivação um caráter moldador das ações. Para Motta (1992, p.39) a ideologia só é uma verdade se a entendermos como verdade em conflito. Isto quer dizer, que “a ideologia é um conjunto de valores e crenças que visa à manutenção de uma determinada ordem social, ocultando os elementos que a ameaçam e lhe são inerentes”. Thompson (2011) argumenta que o conceito de ideologia possui uma natureza ambígua por descrever um estado de coisas (como um sistema de ideias políticas) e por também ser usado para avaliar um estado de coisas.

Thompson (2011) afirma que a literatura social e política trouxe duas respostas a essa herança ambígua da ideologia. A primeira delas é uma tentativa de domar o conceito, tirando seu sentido negativo a fim de incorporá-lo em um conjunto de conceitos descritivos, criando o que se pode chamar de concepção neutra da ideologia (Thompson, 2011). Por outro lado, o autor aponta que, uma segunda resposta a essa herança ambígua do conceito de ideologia foi a de abandonar o conceito, como tem sido feito por muitos pensadores sociais nos últimos anos. Entretanto, este autor traz uma concepção crítica de ideologia sem eliminar seu sentido negativo, tomando-o como um índice dos problemas aos quais o conceito se refere. Ao assim proceder, busca focar novamente esse conceito numa série de problemas que se referem às inter-relações entre sentido e poder, como sendo esse o fator responsável pela sustentação das relações de dominação. Desse modo, Thompson (2011, p.79) reforça que o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido serve, em conjunturas particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que não sistematicamente assimétricas, o que o autor chama de relações de dominação:

“Proponho conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas”.

Nessa conjuntura, o discurso é uma das formas em que a materialidade ideológica se concretiza (Brandão, 2004). Resende e Ramalho (2004) corroboram que no que se refere à ideologia, aos aspectos do texto como os sentidos das palavras, as metáforas, as pressuposições e o estilo, os quais podem ser observados como investidos ideologicamente. Por esse motivo, Thompson (2011, p.16) aponta que o estudo da ideologia exige:

“(…) que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas linguísticas cotidianas até às imagens aos textos complexos. Ela exige que investiguemos os contextos sociais dentro dos quais essas formas simbólicas são empregadas e articuladas. Ela exige que perguntemos se o sentido, construído e usado pelas formas simbólicas, serve ou não para manter relações de poder sistematicamente assimétricas”.

É nesse sentido que se pode entender por formação discursiva aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada num contexto, se determina o que pode ser dito (Orlandi & Lagazzi-Rodrigues, 2006). Como desdobramento, Brandão (2004, p.42) aponta que “a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas”, e que os discursos são governados por formações ideológicas e por isso estão tão relacionados. A análise crítica do discurso assim o concebe como um fenômeno social e procura, conseqüentemente, melhorar os fundamentos teórico-sociais para praticar a análise do discurso assim como para pontuar o discurso na sociedade.

## Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa, de natureza qualitativa e documental, identificou, coletou e analisou o Caderno Especial do Jornal Folha de São Paulo, publicado no dia 31 de março de 1964, cujo conteúdo está disponível ao público no acervo do próprio site da empresa. A escolha do Jornal Folha de São Paulo – considerado um significativo representante da grande imprensa e um dos principais conglomerados de mídia no Brasil na época – ocorreu em função do seu escopo de circulação e influência (Capelato, 2014). Ou seja, este Jornal, por ser um importante veículo de informação da grande imprensa (em função da sua audiência), potencializa os desdobramentos sociais de suas ações e narrativas e discursos.

Outra justificativa pela escolha dessa delimitação está no fato da Folha de São Paulo já ter sido identificada, em pesquisas anteriores, como Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), como colaboradora do governo ditatorial. Cabe ressaltar que essa colaboração é nominalmente feita pelas fontes pesquisadas, como no volume 3 do relatório da CNV: “Os agentes de repressão colocaram na rua um jipe do Exército aparentemente com problemas e à volta dele, em um caminhão baú do jornal Folha de São Paulo, estavam escondidos os agentes do DOI-CODI/SP portando metralhadoras” (Dias, Cavalcanti Filho, Kehl, Pinheiro, Dallaro, & Cunha, 2014, p.735).

Além disso, como já mencionado, a escolha pelo Caderno Especial se dá pelo fato de este ter sido publicado um dia antes do golpe civil-militar de 1964 e possuir um robusto escopo de páginas apontando para o período de crescimento e desenvolvimento, bem como, uma página editorial com os votos do jornal para aquele determinado contexto político e econômico. Por esses motivos, assume-se o posicionamento do jornal a partir das páginas desse Caderno Especial intitulado “64 – Brasil Continua”, em consonância com pesquisadores que trabalham com a imprensa como objeto de pesquisa e seus editoriais como expressões de seu alinhamento político e/ou ideológico (ver, por exemplo, Luca, 2006; Capelato & Prado, 1980).

No que diz respeito à análise dos dados, foi utilizada a análise crítica do discurso. Resende e Ramalho (2004) apontam que essa abordagem busca estabelecer um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre relações de poder e recursos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais. Um ponto relevante para análise documental está na preocupação do pesquisador em identificar quais foram os mecanismos de produção de tais documentos, sendo preciso identificar quem é o enunciador por trás do documento, quais seus objetivos ao produzi-lo, quem são os receptores vinculados e qual amplitude de recepção desses documentos. Para tanto, nessa pesquisa foi considerado o papel da imprensa na divulgação de informações, ideias e valores com potencial de construir consensos.

Além disso, Fairclough (2016), com seu quadro tridimensional, analisa o discurso não apenas como texto, mas também como prática discursiva e prática social. Nesse sentido, a escolha pelo uso desse modelo se deu

por três aspectos: a) o modelo apresenta um quadro analítico capaz de mapear os vínculos entre as relações de poder e os recursos linguísticos selecionados, no caso da presente pesquisa, pelo jornal (Resende & Ramalho, 2004); b) permite o preenchimento de lacunas na análise de temas multidisciplinares e contribui para o desenvolvimento de paradigmas críticos em relação ao estudo das organizações (Chouliaraki & Fairclough, 2010) de forma estruturada através das categorias de Fairclough; e c) busca desvelar as estruturas sociais por trás das formações discursivas (Blommaert & Bulcaen, 2000), sendo esse o principal objetivo da análise crítica do discurso. Thompson (2011), por sua vez, reforça que se a ideologia for pensada como maneiras em que o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas para estabelecer e sustentar relações de dominação, então pode-se entender que o desenvolvimento da comunicação de massa traz enormes consequências para a natureza e o alcance dos fenômenos ideológicos. Resende e Ramalho (2011) acrescentam ainda que toda análise crítica do discurso parte da percepção de um problema que normalmente está relacionado com relações de poder, distribuição desigual de recursos e naturalizações de discursos particulares como se fossem universais. Após esse momento, se identificam as barreiras para que o problema seja superado. Essa etapa, segundo as autoras, consiste em analisar a conjuntura das práticas sociais atreladas ao problema e o momento da prática com ênfase no discurso, a fim de se entender suas relações e analisar o discurso, identificando sua estrutura e interação. Por fim, Resende e Ramalho (2011), apontam que uma etapa seguinte compreende buscar possíveis modos de superação dos problemas identificados. Ademais, por ser a análise crítica do discurso reflexiva, um trabalho final consiste em uma reflexão sobre a análise realizada.

A análise ocorreu seguindo as três dimensões proposta no modelo de Fairclough (2016): da prática social, da prática discursiva e textual. A fim de estruturar a presente análise, dentro da análise textual, foram utilizadas quatro categorias: a) *modalidade*, que funciona como um ponto de intersecção no discurso entre a significação da realidade e a representação das relações sociais; b) *transitividade*, no qual o verbo marca uma relação entre os participantes e os processos de ação em que um agente age em direção a um objetivo; c) *metáfora*, que trabalha a transposição do sentido próprio ao figurado e; d) *avaliação*, que são apreciações ou perspectivas do locutor sobre aspectos do mundo.

Para além dessas categorias foram utilizadas algumas das estratégias do arcabouço de Thompson (2011) para análise de construções simbólicas ideológicas de operação da ideologia: (1) a estratégia de *universalização*, na qual interesses específicos são apresentados como gerais, como forma de legitimação das relações de dominação; (2) a estratégia de *eufemização*, pela qual ocorre a valorização positiva de ações, instituições ou relações como forma de ocultação das relações de dominação; e 3) a estratégia de *nominalização*, em que se consegue concentrar a atenção do leitor para determinado tema em detrimento de outro, com apagamento de atores e ações.

## Análise dos dados

Como já mencionado anteriormente, a **prática discursiva** se desdobra em produção, distribuição e consumo do discurso. Sabendo disso, torna-se fundamental para integralidade da análise conhecer quem produz o discurso e de que determinado lugar social o faz, assim como quem recebe esse discurso. No caso da presente pesquisa, o receptor do discurso é uma grande parcela da população brasileira, uma vez que, já na época, a Folha era um dos maiores jornais da indústria jornalística do Brasil. Além disso, por se tratar de um texto do Caderno Especial da Folha de São Paulo, verifica-se a autoria do jornal como o produtor textual. Desse modo, cabe analisar em que contexto a organização e a sociedade brasileira se encontrava nesse período.

### A Folha de São Paulo no início dos anos 1960.

Fundada em 1920, a Folha passou por uma série de proprietários que deram diferentes orientações ao periódico com uma atuação política relevante (Capelato, 2014). Em 1962, o jornal foi comprado por Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho que ainda no governo de Goulart transformaram três edições diárias no principal jornal do grupo, o Folha de São Paulo, que também se tornou um dos principais jornais da grande imprensa brasileira (Dias, 2013; Capelato, 2014). Entretanto, a empresa passava por uma crise financeira e buscou sua reestruturação em um momento delicado da política nacional, que passava por um processo de transição.

Dentro do contexto já mencionado de instabilidade em que se encontrava o Brasil em 1964, a Folha alinhava-se à grande parte do empresariado nacional, que enxergava o governo de Goulart como de extrema esquerda que caminhava para o comunismo. Segundo Capelato (2014, p.310), a grande imprensa paulista atuou de forma constante e decisiva na preparação do Golpe de 64 e no apoio ao governo civil-militar. Esse foi o caso, da trajetória:

“(...) da empresa Folha e do seu principal jornal, a Folha de São Paulo (...) A FSP apoiou o golpe, comemorou a vitória, mas assumiu uma postura mais reservada em relação ao novo regime. É possível supor que essa atitude foi adotada para não pôr em risco, numa situação ainda indefinida, o patrimônio da empresa e a reputação do jornal de maior circulação nacional naquele momento. Quando teve início a censura nos jornais, optou pela autocensura. O Grupo Folha, nos anos de chumbo, acabou colaborando com os agentes da repressão encarregados das prisões e tortura”.

Por sua vez, Dias (2012, p. 56) aponta que os novos donos da Folha, Frias e Caldeiras, estavam inseridos no ramo do empresariado e “adotaram uma postura mais profissional frente ao jornal e se preocuparam, em um primeiro momento, em reorganizar e modernizar o jornal enquanto uma empresa capitalista”. Nessa perspectiva, o golpe de 1964 foi bem acolhido nas páginas da Folha, uma vez que o jornal ainda precisava muito de capital externo para se consolidar. Além disso, como já mencionado, não existia, ideologicamente, muita divergência entre o empresariado e o governo civil-militar que tomou posse. Conforme os próprios relatos de Frias, “os primeiros dez anos de sua gestão foram destinados a pagar dívidas e empréstimos, tanto que a Folha, neste primeiro momento, não se caracterizava como um jornal “agressivo” (Dias, 2012, p.57).

Os primeiros momentos de estabilização da empresa, sobre essa nova direção, são lembrados “como muitos mais econômicos do que políticos” (Dias, 2012, p.58). Como ainda aponta o autor, nesse período, a Folha conservou importantes vínculos com o novo governo instalado, atuando como um de seus grandes anunciantes. Dessa relação sucede o fato de que o jornal alcança lucros significativos com a grande expansão tecnológica da empresa, justamente no período caracterizado pelos “anos de chumbo” do regime. Na segunda metade da década de 1970, entretanto, a Folha busca estabelecer mais notadamente seu projeto político-editorial, conforme aponta o autor, “com suas dívidas sanadas e uma maior independência financeira, a empresa começa a praticar uma política de “avanços e recuos”, assumindo uma postura mais crítica e menos omissa em relação ao governo militar” (Dias, 2012, p.59).

A Análise do Editorial

A edição do Caderno Especial do Jornal Folha de São Paulo possui 44 páginas e foi publicado no dia 31 de março de 1964. Inicia-se com a figura de pessoas caminhando e com o enunciado “64 – Brasil continua” preenchendo toda capa, a fim de promover o potencial de desenvolvimento do Brasil. Em termos de estrutura, esse suplemento é um imbricamento de reportagens, editoriais e propaganda de empresas. Por exemplo, já na segunda página, ainda antes do editorial do jornal presente na página três, contém uma mensagem das Indústrias Romi S.A comemorando seus 20 anos de exportação.



Figura 1. Algumas páginas do Caderno Especial “64 – Brasil Continua”.

Fonte: Folha de São Paulo (31/03/1964)

No sumário, apresentado na página quatro, o jornal já aponta quais assuntos seriam tratados ao longo do Caderno, fazendo um panorama do cenário político e econômico visualizado pelo jornal. O progresso da indústria de adubos, os 10 mil quilômetros de novas estradas, a capacidade produtiva da energia elétrica, o parque siderúrgico como líder da América-latina e como terceira força industrial do país, o faturamento dobrado da indústria químico-farmacêutica, a força da construção civil estimulando os setores industriais, o Brasil como exportador de ferro, entre outros, foram os conteúdos abordados por todo caderno.

Desse modo, à medida que o jornal publicava informações acerca destes tópicos, uma série de empresas comprava espaço no Caderno para apresentar mensagens de crescimento, confiança, esperança, desenvolvimento e futuro. General Motors do Brasil S.A, Mercedes-Benz do Brasil S.A, Ford, Erontex Exportação Ltda., Squibb Indústria Química S.A, Banco Itaú S.A, Banco Colonial de São Paulo S.A, CIA Ultragaz S.A, Metalúrgica Triângulo S.A, São Paulo Light S.A, RCA Eletrônica Brasileira S.A, Krupp Metalúrgica Campo Limpo S.A, Aços Villares, Laboratórios Pfizer, Usiminas, Esso e Grupo Votorantim foram algumas das empresas que fizeram parte da composição desse Caderno Especial.

A conexão entre a participação dessas empresas no presente caderno e o momento político – véspera do golpe (Dias, 2013) – pode ser pensada através da aliança estabelecida entre elite empresarial brasileira e os setores de repressão ainda antes do golpe, com a criação do IPES (Costa & Silva, 2018; Dreifuss, 1981). Dessa forma, cabe salientar que o apoio das empresas também foi oferecido, conforme aponta Costa e Silva (2018, p.25), “através de suportes ideológico e operacional, principalmente com notícias, reportagens e editoriais de apoio ao movimento golpista”. Em contrapartida, muitas empresas passaram a ser favorecidas pelas políticas econômicas do regime ditatorial e alguns setores “(...) foram particularmente beneficiados, como o da construção civil, indústria pesada de siderúrgica, metalúrgica e aço e o setor bancário” (Costa & Silva, 2018, p.26).

Nesse sentido, é possível identificar uma série de empresas desses setores corroborando mensagens de crescimento e confiança no Caderno Especial. Ao analisar a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade sobre a participação de empresas na ditadura civil-militar, Costa e Silva (2018) apontam empresas como Ford, General Motors e Mercedes Benz como financiadores e colaboradores na manutenção do governo ditatorial, bem como empresários do Grupo Folha, do Grupo Votorantim, do Aço Villares, entre outros, como financiadores do IPES. Nessa conjuntura, ao explorar o Caderno Especial é possível observar algumas das mensagens que essas empresas anunciantes trazem: “Acreditamos no progresso do Brasil”, da Aços Villares (p. 5), “Brasileiro: 64 é o Brasil e depende de você”, do Grupo Votorantim (p.7), “Chama da paz e da esperança (...) para todos os milhões de lares desse fabuloso país”, da Ultragaz (p.15), “Há 45 anos a Ford dá ao Brasil veículos do progresso, com eles o Brasil cresceu mais depressa”, da Ford (p.29).

O foco da presente pesquisa foi na análise dos textos cuja autoria pertence à Folha de São Paulo, mais especificamente à página três. Logo

de início percebe-se que, preenchendo toda página – e mesmo antes do sumário do caderno especial, o texto apresenta uma imagem de um bebê (Figura 1), fazendo analogia a um novo momento, que posteriormente no texto vai se articular com um olhar otimista de desenvolvimento econômico e mudança política.

Ao olhar o fragmento abaixo, é possível – por meio da **análise textual** – identificar de acordo com a categoria de *transitividade*, que há uma voz ativa em “nossa”, o que relaciona tanto à capacidade de fazer quanto à determinação de vencer, além de colocar-se como parte de um grupo, o qual, nesse caso, o jornal fala como e em nome da sociedade. Por outro lado, “eles” aparecem como o outro, como os momentos de incertezas a quem o “nós” precisa superar. Nesse sentido também é possível verificar uma estratégia de construção simbólica ideológica, apresentado por Thompson (2011): a universalização, pelo fato de o jornal apresentar seus interesses como gerais, em “para todos”, como forma de legitimação das relações de dominação. Além disso, ao iniciar com o termo “ato de fé” enfatiza a importância de se acreditar, conduzindo o texto para um olhar esperançoso do leitor:

“Construir é um ato que encerra muito mais do que ciência e técnica, porque é necessariamente um **ato de fé**. Fé na capacidade **nossa** de fazer e fé no destino último do que fazemos – em sua utilidade social, em sua permanência entre os valores da comunidade, em seu significado para a própria ascensão da espécie. Não importam os tropeços, os momentos de incerteza, aqueles instantes aflitos em que imaginamos parar, desistir, renunciar à tarefa, quando a **eles** opomos a fé em nosso propósito, em **nossa** determinação de vencer não para nós, **egoisticamente**, mas **para todos**, para a **elevação de nossa gente**, de nossa terra” (64 – BRASIL CONTINUA, p.3, grifo nosso).

Seguindo com o texto, é possível identificar também outra categoria apresentada por Ramalho e Resende (2011), a *avaliação*, conforme trecho abaixo:

“Esta é a mensagem que 64-BRASIL CONTINUA, organizado pela equipe da FOLHA DE S. PAULO em íntimo contato com as mais ativas forças da produção nacional, procura levar a todos os seus leitores, a todos os brasileiros. Mensagem de fé que **antagoniza** os que vivem a proclamar a incurabilidade de nossos males de nação **em pleno processo de desenvolvimento, e com reservas de energia capazes de superar os maiores obstáculos**. Mensagem de fé nascida do vigor dos depoimentos de números grupos, que, nas mais diversas atividades, têm contribuído com máximo idealismo para a construção do progresso do Brasil – **realidade indiscutível**” (64 – BRASIL CONTINUA, p.3, grifo nosso).

Em “antagoniza” e “realidade indiscutível”, é possível perceber que o autor, ao utilizar esses termos, parte de uma perspectiva avaliativa sobre aspectos do mundo, sobre o que considera bom ou ruim. Além disso, no texto “em pleno processo de desenvolvimento, e com reservas de energias capazes de superar os maiores obstáculos”, o jornal apresenta outra estratégia de construção simbólica ideológica, apresentada por Thompson (2011), pela qual há valorização positiva de ações, a eufemização. Isso ocorre porque o texto busca suavizar o peso de “os males da nação” enfatizando tanto o desenvolvimento e as reservas de energias a fim de se minimizar os obstáculos.



No trecho abaixo também é possível identificar em “indiscutíveis líderes” que o autor enfatiza a certeza do exercício dessa liderança como verdade, legitimando o discurso dos mesmos para as afirmações subsequentes. Ademais, em “não tem dúvida”, pode se observar que é descrito um posicionamento do outro que passa a ter voz, com uma intertextualidade, articulando o discurso dos líderes como relevante para reafirmar o discurso do texto. Ainda, em “construtiva reportagem” e “observações insuspeitas” é possível observar adjetivos que colocam em evidência a *avaliação* positiva feita pelo autor sobre seu próprio texto como benéfico:

“Baseia-se 64-BRASIL CONTINUA em meticuloso trabalho de levantamento estatístico e econômico, assim como no depoimento de **indiscutíveis líderes** dos vários campos que esta **construtiva reportagem** abrange. E porque assim se fundamenta em números e **observações insuspeitas**, ao lado das manifestações daqueles que, responsáveis pelo desenvolvimento dos setores apresentados à consideração do público, **não têm dúvida** em olhar com plena confiança o futuro, a mensagem que deixamos, entre alegres e orgulhosos, ante os olhos dos leitores, é um grito de confiança, um AVANTE sem restrições. **Nem tudo são rosas**, apenas rosas, em todos os campos. Há problemas, e graves. Mas o que existe de mais importante é que nenhum deles surge como insolúvel. O caminho até aqui percorrido, pelos desbravadores em alguns casos, por seus herdeiros e continuadores em outros, ensinou a todos a grande lição da experiência técnica e administrativa. Com essa lição vem a capacidade de equacionar os problemas em termos cada vez mais científicos, na busca de crescente produtividade e com interesse **cada vez mais social**” (64 – BRASIL CONTINUA, p.3, grifo nosso).

Além disso, no mesmo fragmento pode-se identificar o uso da categoria *metáfora* em “nem tudo são rosas” para dizer que em qualquer contexto, mesmo em um momento de crescimento e desenvolvimento do país em que o jornal intitulava estar (ou, seguindo a mesma metáfora, em um jardim florido), considera-se a existência de problemas graves.

Novamente, o texto apresenta pistas de universalização em “cada vez mais social” após referir-se à crescente produtividade, assumindo e tornando o interesse da indústria como se fosse um interesse social. Sobre esse aspecto, Fairclough (2011) ainda corrobora que os jornais tendem a oferecer versões da verdade às vezes opostas, em que a perspectiva pode ser universalizada. Desse modo, há a sustentação do trabalho ideológico da mídia, que posiciona e molda os sujeitos sociais, contribuindo principalmente para o controle e a reprodução social.

No fragmento abaixo é possível identificar dois advérbios *avaliativos*, “sadiamente” e “aceleradamente”, ambos colocados de forma positiva. O primeiro é utilizado em relação aos investimentos e o segundo, ao saber do homem. Ainda, ao utilizar o verbo “surgirá” sem nenhum *modalizador* revela um forte comprometimento do autor com as ideias expostas em seu discurso. Além disso, é possível identificar o entusiasmo com que o autor retrata o futuro do país, com a metáfora de “mais senhor de si mesmo”, como se a partir desses investimentos o Brasil se tornasse mais independente. Ademais, é utilizada a estratégia de construção ideológica de nominalização, conforme foi apresentado por Thompson (2011), no qual concentra-se a atenção do leitor para o tema de crescimento e desenvolvimento econômico, apagando o golpe civil-militar:

“A sensata ponderação de todos os dados, não dos elementos frios, quase diríamos abstratos, mas desses mesmos dados compreendidos e vistos à luz de todos os processos sociais econômicos em que se definiram – e que tremendos e desafiantes processos são esses num país de tamanha extensão e de tão grandes contrastes de riqueza ainda situado na faixa dos subdesenvolvidos! – essa ponderação leva-nos a acreditar que **o Brasil de 1964 será maior que o de 63** e de todos os outros períodos de sua história. Que os investimentos aqui **sadiamente** feitos se reproduzirão em obras colossais de que logo nos orgulharemos. Que desses investimentos, tanto os feitos em máquinas e equipamentos, quanto os que disserem respeito ao próprio homem que tão **aceleradamente** vai conseguindo o domínio da ciência e da técnica em nosso país, **surgirá um Brasil maior, mais senhor de si mesmo**, mais robusto em sua democracia, mais presente no mundo como nação condutora, mais feliz pela felicidade maior de seu povo e pela mais ampla e completa realização de seus cidadãos” (64 – BRASIL CONTINUA, p.3, grifo nosso).

Ao analisar o último fragmento é possível identificar algumas pistas que encaminham a análise do discurso como **prática social**, partindo da análise mais micro para a mais macro:

“Mais do que **as radicalizações**, mais do que os **fermentos de ódio**, importa essa lição de trabalho e de fé. Pois se somos um país em desenvolvimento, envolto nas malhas de uma grande inflação, não venceremos nossos percalços senão pela força do trabalho cada vez mais eficiente, **dentro da ordem** e da comunhão de ideais. Desse trabalho haveremos de participar todos nós, na medida de nossas possibilidades, fazendo da melhor maneira sempre o que soubermos fazer, e cômicos de que lutamos todos por **um objetivo comum**. E haveremos de participar com ânimo, dentro de um clima **POSITIVO**, pois o **NEGATIVISMO** nada constrói, mas pode, este sim, solapar todas as estruturas do país e minar as energias de seu povo. Basta olhar o homem nas ruas, nas fábricas, nos escritórios, nas oficinas, nos gabinetes, nos laboratórios, para sentir a **vocação para a ordem** e o trabalho. Assim não fora e 64-BRASIL CONTINUA não poderia constituir a mensagem do mais sadio otimismo, que sem dúvida é. **Avante!**” (64 – BRASIL CONTINUA, p.3, grifo nosso).

Os termos “radicalizações” e “fermentos de ódio” se referem ao que estaria acontecendo no governo reafirmando o discurso da oposição de que estava se instaurando uma esquerda radical que levaria o Brasil ao comunismo caso não houvesse a deposição de Goulart. Desse modo, o jornal utiliza o termo “ódio” avaliando negativamente a postura de quem estava contra o movimento de golpe do Estado. Além disso, a Folha reforça essa polarização entre bom e ruim, quando utiliza os termos *avaliativos* “positivo” e “negativismo”, mostrando que no bom momento em que se vivia o país não precisava e nem devia se manifestar contra, pois assim perder-se-ia a oportunidade de se construir e desenvolver um país melhor. Ao finalizar o texto com o termo “Avante”, reforça-se ainda o tom entusiasmado do jornal com o novo cenário político.

Por fim, pode-se observar o termo “ordem” duas vezes no mesmo fragmento em “dentro da ordem” e “vocação para a ordem”, mais uma vez enfatizando o discurso que estava sendo pregado pela oposição. Isso porque, conforme apresentado, um dos principais slogans e conceitos ligados à deposição de Goulart era de reestabelecer a ordem no país, preservando-o da subversão de valores.

Desse modo, durante o regime civil-militar, a Folha de São Paulo manteve importantes relações com o Estado, uma vez que o Estado anunciava na Folha, conforme aponta Dias (2013). De acordo com o autor, diante disso, ocorreu uma grande expansão tecnológica da empresa, tornando-se este um momento em que o jornal passou a obter lucros significativos, aumentando também sua participação no mercado, resultando em maior influência editorial junto ao público. Assim, o grupo Folha conseguiu consolidar seu império, bem como trabalhar no campo político, estando atento a qualquer tendência política, a fim de saber qual estratégia mercadológica e, conseqüentemente, qual posicionamento e ideologia seriam utilizados para ativar seu produto, o jornal.

## Considerações Finais

O presente trabalho teve por objetivo analisar o Caderno Especial “64 – Brasil Continua” do Jornal Folha de São Paulo à luz da análise crítica do discurso. A partir dessa análise buscou-se compreender qual foi o posicionamento ideológico e as principais construções discursivas que o Jornal assumiu no momento do golpe civil-militar de 1964.

Dentro da dimensão texto foi possível identificar quatro categorias: a) *transitividade*: o jornal utiliza a voz ativa sempre que se refere à capacidade de crescimento; b) *avaliação*: polariza-se como negativo àqueles que vivem a proclamar os males do país e como positivos os que conseguem observar o processo de desenvolvimento do mesmo; c) *metáfora*: quando o editorial utiliza o termo “rosas” para mostrar que em todos os contextos existem problemas, no entanto, não insolúveis; e d) *modalização*: ao usar o verbo “surgirá” para dizer que um Brasil melhor irá aparecer sem nenhum modalizador, o texto revela um forte comprometimento do jornal com as ideias expostas em seu discurso.

Além disso, no que se refere à dimensão prática discursiva, foi possível identificar, por meio da revisão de literatura, que o jornal Folha de São Paulo se tornou um dos principais jornais da grande imprensa brasileira no período da ditadura civil-militar, bem como conservou importantes vínculos com o novo governo instalado, atuando como um de seus grandes anunciantes. Desse modo, é fundamental entender esse jornal não apenas como um veículo de informação, mas principalmente como um importante formador de opinião na época e como uma organização relevante na transmissão da ideologia (Motta, 1992), alcançando grande parcela da sociedade brasileira.

Por sua vez, no que tange à dimensão prática social, foi possível identificar na análise do Caderno Especial três categorias das estratégias do arcabouço de Thompson (2011) nas construções simbólicas ideológicas. Foram elas: a) *universalização*: quando o jornal trouxe os interesses da indústria como sendo gerais, falando em nome da sociedade; b) *eufemização*: buscando suavizar os problemas sociais ao enfatizar o potencial de desenvolvimento do Brasil e; c) *nominalização*: na qual o jornal concentra a atenção do leitor para o tema de crescimento e desenvolvimento econômico, apagando o

golpe civil-militar. Dentro desse panorama, entender o discurso do jornal Folha de São Paulo como prática ideológica, uma vez que este “constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (Fairclough, 2016, p.98) é compreender que a manutenção dessa ideologia “está sempre a serviço de um projeto, que se traduz em uma prática política” (Motta, 1992, p.42).

Nessa perspectiva, diante da análise realizada, foi possível identificar alguns indícios do posicionamento do Jornal Folha de São Paulo em relação ao golpe civil-militar de 1964. Identificar como um jornal de grande circulação propagou uma ideologia, mobilizado pelas formas simbólicas do discurso, estabelecendo e sustentando as relações de dominação, torna aceitável a compreensão de que a comunicação de massa traz grandes consequências para a construção social como fomentadora de discursos não só ligados à política, mas também à cultura, à educação e às diferentes temáticas, decisões e posicionamentos que perpassam a sociedade.

Dessa maneira, é possível reafirmar que a imprensa atuou fortemente não somente como instrumento de informação, mas principalmente como formadora e reprodutora de discursos e opinião pública. Assim, tornam-se cada vez mais necessárias discussões direcionadas ao atendimento das demandas da sociedade de forma a promover o debate e fortalecer a democracia através dos meios de informação de massa como os jornais. Isso porque, do mesmo modo como observado no editorial publicado no dia do golpe civil-militar de 1964, em que ficou evidente através da análise discursiva o viés do jornal, ainda hoje é possível identificar que, de acordo com seus interesses mercadológicos, as empresas jornalísticas podem assumir diferentes posicionamentos e, conseqüentemente, influenciar todo um posicionamento popular.

Por fim, uma vez que foi utilizada a análise crítica do discurso que tem como última etapa a análise reflexiva, uma consideração final consiste em enfatizar que, considerando a historiografia que apresenta mudanças no posicionamento da imprensa no período de abertura política de 1985, deve-se ressaltar que a presente análise refere-se apenas ao Caderno Especial do jornal Folha de São Paulo em 1964 em seu momento de publicação. Sabe-se, por todos os aspectos estudados e já mencionados, que o discurso da empresa é o discurso presente no jornal e, por isso, pode transbordar para outras seções do jornal que não foram abordadas aqui, uma vez que este estudo se limita ao caderno especial. Desse modo, como sugestão de pesquisas futuras, considera-se que seja importante: a) proceder à análise de outras publicações do Jornal ao longo do período ditatorial e, particularmente, no período de transição democrática; b) fazer a análise da construção discursiva de outros jornais no mesmo período a fim de observar as aproximações e afastamentos destes e; c) comparar os achados dessa pesquisa com um jornal alternativo da época a fim de se analisar as diferenças nas construções discursivas e, conseqüentemente, nos posicionamentos ideológicos desses jornais.

## Referências

- Abreu, A. A. (2005). A imprensa e a queda do governo de João Goulart. In A. Bragança, & S. V. Moreira (Orgs). *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom.
- Alcadipani, R., & Bertero, C. O. (2014). Uma escola norte-americana no ultramar? Uma historiografia da EAESP. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 54(2), 154-169.
- Alcadipani, R., & Bertero, C. O. (2012). Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 52(3), 284-299.
- Barros, A. (2017). Antecedentes dos cursos superiores em Administração brasileiros: as escolas de Comércio e o curso superior em Administração e Finanças. *Cadernos EBAPE*, 15(1), 88-100.
- Barros, A. N., & Carrieri, A. P. (2013). Ensino superior em administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. *Cadernos EBAPE*, 11(2), 256-273.
- Blommaert, J., & Bulcaen, C. (2000). Critical discourse analysis. *Annual Review of Anthropology*, 29 (1), 447-66.
- Booth, C., & Rowlinson, M. (2006). Management and organizational history: prospects. *Management & Organizational History*, 1(1), 5-30.
- Brandão, H.H.N. (2004). *Introdução a análise do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Capelato, M. H., & Prado, M. L. (1980). *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega.
- Capelato, M. H. (2014). História do Tempo Presente: A Grande Imprensa como Fonte e Objeto de Estudo. In L. A. N. Delgado, & M. M. Ferreira (Orgs) *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Chouliaraki, L., & Fairclough, N. (2010, September). Critical Discourse Analysis in Organizational Studies: Towards an Integrationist Methodology. *Journal of Management Studies*, 47(6), 1213-1218.
- Clark, P., & Rowlinson, M. (2004). The treatment of history in organization studies: towards an "historical turn"? *Business History*, 46(3), 331-352.
- Costa, A. S. M., & Saraiva, L. A. S. (2011). Memória e formalização social do passado nas organizações. *Revista de Administração Pública*, 45(6), 1761-1780.
- Costa, A. S. M., Barros, D. F., & Martins, P. E. M. (2010). Perspectiva Histórica em Administração: Novos Objetos, Novos Problemas, Novas Abordagens. *Revista de Administração de Empresas*, 50(3), 288-299.
- Costa, A. S. M., & Silva, M. A. C. (2017). Novas Fontes, Novas Versões: Contribuições do Acervo da Comissão Nacional da Verdade. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(2), 163-183.
- Costa, A. S. M., & Silva, M. A. C. (2018). Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. *Organização & Sociedade*, 25(84), 15-29.

Dias, A. B. (2012). *O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

Dias, A. B. (2013, jan./jun.) "64- Brasil continua": História, memória e as impressões da Folha de S. Paulo sobre o golpe militar de 1964. *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)*, 2(1), 2238-5126.

Dias, J. C., Cavalcanti Filho, J. P., Kehl, M. R., Pinheiro, P. S., Dallaro, P. B. A., & Cunha, R. M. C. (2014, dezembro). *Mortos e Desaparecidos Políticos* (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, CNV, vol. III). Brasília, DF, Brasil. Recuperado em 05 de maio de 2018 [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf)

Dias, L. A. (2011, outubro). Imprensa e poder: uma análise dos jornais OESP e FSP no golpe de 1964. *IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR – World Association for Public Opinion Research*, Belo Horizonte, MG, Brasil, 64.

Diniz, E. (1994) Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85. In G. A. D. Soares, & M. C. D'Araújo (Orgs). *21 anos do regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Dreifuss, R (1981). 1964: A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes.

Estevez, A., & Bandeira, F. (2014). A ditadura militar como tema: uma radiografia da produção acadêmica sobre o regime. In I. Thiesen. *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: Letras.

Fairclough, N. (2016). *Discurso e mudança social*. (2.ed.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Folha De São Paulo. (1964). *Suplemento Especial "64 – Brasil Continua"*. Recuperado em 29 de janeiro, 2018, de <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1964/03/31/48#>

Godfrey, P. C., Hassard, J., O'Connor, E. S., Rowlinson, M., & Ruef, M. (2016). What Is Organizational History? Toward a Creative Synthesis of History and Organization Studies. *Academy of Management Review*, 41(4), 590-608.

Kieling, C.G. (2016). Autoritarismo no discurso da imprensa brasileira durante o golpe de 1964. *Revista Extraprensa*, 10(1), 3-17.

Luca, T.R. (2006). Fontes impressas: história nos, dos e por meio dos periódicos. In C. B. Pinsky (Org). *Fontes Históricas*, São Paulo: Contexto.

Macleon, M., Harvey, C., & Clegg, S.R. (2016). Conceptualizing Historical Organization Studies. *Academy of Management Review*, 41(4), 609-632.

Motta, F. C. P. (1992). As empresas e a transmissão da ideologia. *Revista de Administração de Empresas*, 32(5), 38-47.

Motta, R. P. S. (2013). A Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Revista de História TOPOI*, 14(26), 62-85.

Napolitano, M. (2011). O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro – apontamentos para uma revisão historiográfica. *Contemporanea – Historia y problemas del siglo XX*, 2(2), 209-217.

Orlandi, E.P., & Lagazzi-Rodrigues, S. (2006). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes.

- Pires, E. M. (2008) *Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Ramalho, V., & Resende, V.M. (2011). *Análise do Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Editora Pontes.
- Resende, V. M., & Ramalho, V. (2004). Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, 5(1), 185-207.
- Resende, V. M., & Ramalho, V. (2011). *Análise do discurso crítica*. (2. ed.). São Paulo: Contexto.
- Rowlinson, M., Hassard, J., & Decker, S. (2014). Research strategies for organizational history: A dialogue between historical theory and organization theory. *Academy of Management Review*, 39(3), 250-274.
- Schwarcz; L. M., & Starling, H.M. (2015). *Brasil: uma biografia* (1. ed.). São Paulo: Companhia de Letras.
- Smith, A. (2000). *1960 – Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Soares, G. A., & D'Araújo, M. C. (1994). O Golpe de 1964. In G. A. D. Soares, M. C. D'Araújo, (Orgs). *21 anos do regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Spink, M. J. P., & Medrado, B. (2013). Produção de Sentido no Cotidiano. In M. J. P. Spink *Práticas discursivas e produções de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Thompson, J. B (2011). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (9. ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Vizeu, F. (2018). Idort e difusão do Management no Brasil na década de 1930. *Revista de Administração de Empresas*, 58(2), 163-173.
- Vizeu, F. (2010). Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 50(1), 37-47.
- Wanderley, S. E. D. P. V. (2015). *Desenvolviment(ism) o, decolonialidade e a geo-história da administração no Brasil: a atuação da Cepal e do ISEB como instituições de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação*. Tese de Doutorado, EBAPE, Faculdade Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Wanderley, S. E. P. V. (2016). ISEB, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. *Revista de Administração Pública*, 50(6), 913-936.
- Wanderley, S., & Barros, A. (2018). Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda. *Management & Organizational History*, 14(1) 1-19.